

“Casamentos ilegítimos diante da hygiene”: raça, gênero e sexualidade na produção científico-intelectual, século XIX¹

“Casamentos ilegítimos diante da hygiene”: Race, gender and sexuality in the scientific-intellectual production during the 19th century

Raick de Jesus Souza*

RESUMO: O objetivo principal do presente artigo é examinar as concepções de raça, gênero e sexualidade em circulação na produção científica da Faculdade de Medicina da Bahia; para isso tomaremos como base a tese *Casamentos ilegítimos diante da hygiene*, de autoria de Luiz Ignacio Pimentel, apresentada no ano de 1864. Além disso, veremos os usos e significados assumidos pelas mesmas ideias na produção científica de outros médicos da mesma instituição e de alguns intelectuais brasileiros ligados a imprensa periódica. Ao fim, espera-se demonstrar a partir das concepções da história intelectual, como foram sendo constituídos as assimetrias de forças entre os grupos étnicos-raciais, os gêneros e em suas relações afetivas e sexuais.

Palavras-chave: Cientificismo; Gênero; Raça; Reprodução feminina; Sexualidade.

“Casamentos ilegítimos diante da hygiene”: Race, gender and sexuality in the scientific-intellectual production during the 19th century

ABSTRACT: The main objective of this article is to examine the conceptions of race, gender and sexuality in circulation in the scientific production of the Faculdade de Medicina da Bahia, based on the thesis of Luiz Ignacio Pimentel (1864). We will see the uses and meanings assumed by the same ideas in the scientific production of other doctors from the same institution and of some Brazilian intellectuals involved to the periodical press. In the end, we will to demonstrate, from the conceptions of intellectual history, how the asymmetries of forces between ethnic-racial groups, genders and in their affective and sexual relations were constituted.

Keywords: Female reproduction; Gender; Race; Scientism; Sexuality.

O presente artigo examinou as concepções de raça, gênero e sexualidade em circulação na produção científica da Faculdade de Medicina da Bahia (Atual FAMEB), sobretudo a partir da tese de doutoramento de Ignacio Luiz de Verçosa Pimentel (1841-1868)², cujo título *Casamentos ilegítimos diante da hygiene* foi apresentada, em 1864, para a obtenção do título de Doutor em Medicina. No tocante a trajetória de vida desse personagem, infelizmente quase nada sabemos, o que poderia nos permitir compreendê-lo em maior profundidade. Também a sua atuação como médico é um campo desconhecido, tendo morrido quatro anos após a aquisição do seu título, com apenas 27 anos

¹ Gostaria de agradecer imensamente as leituras atentas e sugestões propostas pelo Dr. Ricardo Alexandre Santos de Sousa, Dra. Isnara Pereira Ivo e pela Ma. Letícia Conde Moraes Consati, minha sincera gratidão.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/COC/FIOCRUZ (2019). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2016). E-mail: raickdjs@hotmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2987-2924>

² Com relação a trajetória intelectual e profissional desse personagem sabemos pouco, porque o pequeno número de referências conhecidas são sua tese de doutoramento e seu discurso como orador do ano de 1864. Todavia, pelas informações contidas em sua tese, constatamos que o mesmo era natural da Vila de Porto Calvo (Alagoas) e filho de Joaquim José de Mello Pimentel e Angelica Lins de Verçosa.

(FORTUNA, 2012, p. 48; BLACK, 1870, p. 275). Para tal empreendimento, contamos com o auxílio das concepções oriundas da História intelectual³, a fim de pensar a hegemonia do discurso higienista na produção de alguns dos mais proeminentes médicos e intelectuais brasileiros durante as décadas de 1860 e 1870.

De acordo com a historiadora Lilia Schwarcz (1993), durante o século XIX, o conceito de *raça* ganhou proeminência no pensamento intelectual e científico, ao propor um programa de “perfectibilidade” humana, inaugurado assim a concepção da existência de heranças físicas e morais permanentes entre os vários grupos humanos. Segundo a pesquisadora, essa nova reorientação era o resultado de um intenso debate construído em torno das ideias iluministas de “cidadania” e “igualdade”.

Delinea-se a partir de então certa reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual encontrava-se na ideia de *raça*, que em tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

Outro ponto importante desse debate é o surgimento do embate entre monogenistas e poligenistas. Ainda segundo a mesma historiadora, é precisamente durante esse mesmo período que outra preocupação passou a interessar cada vez mais os “homens de letras” brasileiros, sendo a emergência e o desenvolvimento da ciência higienista, identificando assim os papéis de gênero, das raças e da sexualidade na construção da nação (SCHWARCZ, 1993, p. 205). Vale ressaltar que esses elementos estiveram presente na emergência da ideologia eugênica.

A eugenia é um movimento científico e social que representa as potencialidades do conhecimento da hereditariedade aplicados ao “melhoramento” e ao “aprimoramento” da *raça* humana, pautando-se em uma rígida hierarquia social e biológica, responsável por preservar as características das “raças” mais “adequadas” e promover o desencorajamento ou o impedimento da transmissão das características “indesejadas” (STEPAN, 2005, p. 9). Como veremos mais adiante, muitos desses pressupostos já se encontravam em circulação na Bahia durante o século XIX, sobretudo a partir da produção científica da faculdade de Medicina.

A tese *Casamentos ilegítimos* diante da hygiene (1864)

Um dos requisitos obrigatórios para a conclusão e obtenção do título de Doutor em Medicina durante o século XIX na Faculdade de Medicina da Bahia era a produção de uma tese, apresentada e defendida perante uma banca avaliadora, no último ano do curso, fazendo parte de uma série de ritos que envolviam uma solenidade pública com juramento da área, discurso de um orador e das autoridades presentes, as vestimentas, o recebimento do livro de Hipócrates e de um anel, em simbologia este último ao casamento do indivíduo com a sua carreira profissional. Uma das principais honrarias para um estudante, além de completar todas as etapas necessárias, era tornar-

³ A História Intelectual, como um campo estruturado da pesquisa histórica, é um ramo relativamente recente, remontando aos anos finais do século XX. Nesse curto período de existência, seus avanços epistemológicos abriram novos horizontes de pesquisa, ao revisitar velhos objetos de estudos a partir de novos questionamentos, bem como a inserção de novos temas. Dentre seus pressupostos, interessa-nos mais de perto compreender a relação entre produção e circulação do saber científico por meio dos impressos, com a devida atenção as especificidades das teses acadêmicas e dos periódicos.

se o orador de sua turma, proferindo um discurso elaborado individualmente e que contemplava a todos os representados, em uma ocasião solene na presença de seus colegas, professores, agentes públicos, familiares e amigos. No ano de 1864, o escolhido do curso Medicina para essa empreitada foi exatamente Pimentel, jovem de apenas 23 anos de idade, sendo selecionado de um total de treze médicos e oito farmacêuticos formados naquele ano⁴.

Aqui nos interessou compreender um pouco mais dos significados e usos das ideias de raça, gênero e sexualidade na produção de Pimentel, especialmente a partir de sua tese⁵, vista que ela nos fornece indícios preciosos acerca da produção de conhecimento científico sobre esses temas. Já em seu preâmbulo o autor adiantou na forma de questionamentos quais seriam os seus principais objetos de interesse, tratados nas diversas seções obrigatórias de fins de páginas, a saber:

Qual o meio mais seguro, mais prompto e mais inoffensivo meio de promover-se o parto prematuro? Séde das molestias. Póde-se sempre determinar com certeza se houve deflora-mento? E si foi praticado por instrumento diverso do membro viril, ou si por este? E n'este caso se houve ou não emprego de violencia? (PIMENTEL, 1864 p. 7).

Podemos observar que muitas de suas inquietações versam sobre o gênero feminino e as relações acerca da sexualidade. Nota-se já aqui o emprego de certos ícones consagrados na representação dos órgãos sexuais dos “homens” e “mulheres”, tais como “defloramento”, ou seja, flor e membro viril. Este último associado com a ideia de virilidade, máxima da masculinidade cisgênero e o primeiro à ideia de delicadeza, beleza e recato. Todavia, esses temas não fazem parte do *corpus* da tese, tendo o autor trilhado um outro caminho como veremos também mais à frente.

Na abertura de sua argumentação o médico afirmou que a “história do casamento é também a história da mulher”, pois “[...] por elle e para elle é que vive a mulher”, sendo que “[...] o casa-mento é a cruz e sua redempção” (PIMENTEL, 1864, p. 9). Nesses fragmentos podemos concluir que para o jovem, o caminho inexorável das mulheres seria o matrimônio, estando suas vidas mar-cadas pela vida de um homem, pois para ele e por ele realizaria assim a sua salvação diante do mundo. Um de seus primeiros argumentos é de que, se conhecêssemos a fundo a história da mulher do início até o surgimento do cristianismo, essas não deveriam ser apedrejadas, como no caso da pecadora Maria Madalena e sim encaradas com respeito por serem “vítimas” (PIMENTEL, 1864, p. 10). Pois, sua sentença inicial proferida pelo próprio Criador havia sido “*Parirás com dores! Serás escrava do homem!*” (PIMENTEL, 1864, p. 10). Ao seu ver, a trajetória feminina desde Eva até o surgimento do cristianismo, por todo o mundo, era marcada pela exploração, pela sexualidade de-senfreada e pelo comércio de seus corpos, empreendidas por homens incivilizados e insensatos, que só veio a mudar quando da elevação do casamento como um sacramento divino no seio da Igreja, esta última considerada o sustentáculo da emancipação feminina (PIMENTEL, 1864, p. 11). De acordo com Fabiola Rohden (2000; 2002), uma das peculiaridades nos estudos sobre as mulhe-res durante o século XIX, era sua natural associação ao casamento e ao matrimônio. Todavia, esses mesmos papéis não apagavam as assimetrias raciais e econômicas, pois se os destinos das moças brancas e abastadas eram a educação e vida domiciliar, as sortes das muitas mulheres pobres, so-bretudo pretas e mestiças, eram unicamente as agruras do mundo do trabalho e da maternidade

⁴ Informação contida em *Memoria historica dos acontecimentos mais notaveis da Faculdade de Medicina da Bahia no annos de 1864*, de autoria de Antonio Cerqueira Pinto (1865).

⁵ Tanto a tese de Pimentel quanto dos demais médicos aqui examinados encontram-se disponíveis para consulta no banco de dados digital da Biblioteca Gonçalo Muniz, da Faculdade de Medicina da Bahia - FAMEB. Para mais informações, favor consultar: <http://www.bgm.fameb.ufba.br/acervo-digital>.

desassistida, resultando em uma multidão de órfãos espalhados pelas ruas das grandes cidades brasileiras (VENÂNCIO, 2004, p. 159).

Pimentel também se posicionou contrário ao que qualificou como “celibato voluntário” dos moços abastados de seu tempo, que tendo condições de se manter e prover uma família, optavam por “gozar a juventude”, demonstrando assim falta de virtuosidade e coragem em “[...] pagar uma dívida que tem em aberto para com os seus antepassados” (PIMENTEL, 1864, p. 13). Vemos até aqui que o objetivo central do cientista girava em torno da moralidade, tendo por base o casamento como meio mais seguro e mais higiênico de vida, pois:

O que a estatística não pode apresentar-vos podeis vel-o ahi em quâquer angulo de uma cidade civilisada onde as luzes do progresso nada deixam em trevas nem as miserias humanas – vereis o moço arrastando uma velhice temporan e velho esforçando-se para fingir uma mocidade sempre ridicula – são duas victimas da syphiles, da gotta, do rheumatismo, e da tuberculose. – Podeis vos aproximar: nem um nem outro é um pae de familia que gastasse a mocidade e forças entre a cabeça loira de uma criação, e a fronte pura e sympathica de uma mulher, não: são dois celibatários [...] (PIMENTEL, 1864, p. 14).

Examinando a construção dos ideais de masculinidade ao longo da história mais recente, Sergio Gomes da Silva (2000) argumenta que, se durante o século XVIII e princípio do século XIX, as diferenças entre os gêneros estavam pautadas pelas especificidades anatômico-fisiológicas, porém já em meados do século XIX o modelo *two-sex-model*, ou seja, o sexo como elemento político-ideológico, passou a ordenar as hierarquias sociais. Foi precisamente nesse momento que o discurso científico começou a identificar o que qualificou como “comportamentos morais femininos e masculinos”, estando eles ligados as exigências da emergente sociedade burguesa, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista. Outro ponto importante é que uma das ideias predominantes no século XIX refere-se a complementariedade entre homens e mulheres, estando, contudo, mantida a “[...] inferioridade da mulher no conflito entre as esferas pública e privada, no conceito neoplatônico científico e religioso do mundo e na importância da nova ordem político-econômica do novo estado burguês (SILVA, 2000, s.p.).

Com relação ao celibato feminino, Pimentel julga-o “triste” e “lamentável”:

Para a mulher ha ainda um celibato que não é o da freira, nem tambem o da messalina; mas um outro mais triste e lamentavel – o que é imposto á virgem por preconceitos paternos, e muitas vezes por vaidade da sciencia (PIMENTEL, 1864, p. 14).

À primeira vista poderíamos inferir que o autor se mostrava favorável a uma certa abertura sexual de homens e mulheres, que garanta mesmo com o consórcio do casamento, a iniciação à sexualidade anterior a ele. Contudo, é contra a corrosão da instituição do casamento que o autor se preocupa, por isso seu argumento buscava bem mais resguardar a importância do matrimônio mesmo depois da perda da virgindade, do que advogar em defesa de uma certa liberdade sexual.

No tocante as representações de gênero e de sexualidade com base na produção científica dos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia, como observado por Adriana de Carvalho Luz (1996), as noções correntes sobre sexualidade, por exemplo, feminina, constitui-se como uma questão complexa na medida em que todas são revestidas por pressupostos moralizantes. Concordamos com a autora ao argumentar que, os médicos oitocentistas, ligados a essa instituição, ao abordarem a sexualidade, tendem a limitá-la ao ato sexual, visto este último como necessidade básica para perpetuação da espécie, apagando da esfera da sexualidade todas as clivagens individuais e coletivas

dos sujeitos. Assim sendo, todo o ato sexual é reduzido a necessidade biológica, cujo prazer “gratuito e irresponsável” é reprimido em detrimento da exaltação da sexualidade conjugal (LUZ, 1996, p. 119-120).

A tese de Pimentel é extremamente interessante para compreendermos essa complexidade a que se refere Adriana Luz, pois, mesmo revestido de uma retórica moralizante, o médico acaba por opor-se a qualquer medida higiênica voltada a interdição das uniões matrimoniais. Entre os casamentos ilegítimos segundo a Higiene, afirmava que:

É assim que parecendo funda-se na psysilogia e pathopogia, condena por illegitimos os casamentos prematuros, os tardios, os desproporcionaes, os contrahidos entre consanguineos, entre individuos atacados de moléstias hereditarias, entre os de temperamentos e constituições semelhantes, e finalmente em casos de vicios de conformação de bacía (PIMENTEL, 1864, p. 15).

Segundo seus argumentos, os higienistas de seu tempo preconizavam que o cumprimento dessas obrigações proporcionaria as mulheres realizar a mais poética e maior de suas responsabilidades, a maternidade (PIMENTEL, 1864, p. 16). Ao seu ver, uma das uniões mais repugnantes segundo os higienistas de seu tempo seria o casamento precoce ou tardio, pois:

No primeiro caso, ou os interessados n’ella não estão ainda aptos para o *crescite et multiplicami* (na infância), ou se o estão, gastam-se, fatigam-se arrastados pelo fogo de uma imaginação ardente, e o resultado é uma geração pêca e hediondamente defeituosa. Si a energia exagerada é prejudicial aos fins do casamento, – muito mais a ausência d’ella. O velho, para o hygienista é sempre uma especie de Saturno á devorar os proprios filhos (PIMENTEL, 1864, p. 16).

Como veremos mais adiante, mesmo opondo-se fortemente a ideia de “ilegitimidade de casamento”, o autor concorda com alguns dos princípios condenados, tendo em vista o resultado dessas uniões. Ainda no tocante à idade dos consortes, advertia que homens mais jovens com mulheres mais velhas perderiam rapidamente o desejo sexual e que mulheres mais novas com homens mais velhos seriam esgotadas pela libido insaciável e, em ambos os casos, se produziriam “maus frutos”. Um dos pontos mais interessantes que podemos notar aqui é o forte componente eugenista⁶ no campo da Medicina, especialmente na área da Higiene. De acordo com Joel Cerqueira e Silva (2013), no que se refere às representações do casamento em circulação durante o século XIX, quatro importantes esferas disputavam a hegemonia do discurso e do controle, entre elas, a família, o estado, as instituições religiosas e os médicos higienistas.

Outro ponto extremamente complexo no trabalho de Pimentel diz respeito as concepções acerca das “raças”. O médico advogou que o cruzamento de raças diferentes, proporcionaria o aprimoramento de seus descendentes, pois raça e clima estariam de mãos dadas na conformação de novas espécies (PIMENTEL, 1864, p. 16). Todavia, afiançava que esse aprimoramento seria passageiro, pois rapidamente assistiríamos à degeneração desse grupo, possibilitado pelo cruzamento de raças distintas. Dessa forma, no melhoramento de uma raça, o estrangeiro concorreria pouco,

⁶ De acordo com Nancy Leys Stepan (2005), mesmo que a palavra “eugenia” tenha entrado na ordem do dia somente a partir de sua formulação, em 1883, por Francis Galton (1822-1911), muitos de seus pressupostos, como, por exemplo, a ideia de “bem nascido”, já estava em circulação na produção científica e intelectual, sobretudo daqueles personagens originários de países envolvidos com a empreitada colonialista, seja na condição de centro ou periferia. Essa visão é contrária a ideia unitarista, que trata a eugenia como um movimento ideológico em curso somente a partir do aparecimento do termo.

sendo impossível com a importação dos ganhões e dos ventres, transportar também sua raça, seu clima, seus valores e suas qualidades. É nesse momento que o autor entrou em um enorme paradoxo do qual, mesmo afirmando ter clareza de seus pontos, não conseguiu resolver e acabou por sentenciar que uma civilização só se constrói grandiosa dadas as condições do meio na qual está localizada.

Em um primoroso estudo sobre as origens socioculturais das desigualdades raciais e a construção do mito de perfectibilidade humana, cujo título *A falsa medida do homem* (1891), exprime metaforicamente seu objetivo, Stephen Jay Gould, argumenta que “o degeneracionismo foi provavelmente o argumento mais popular, se não por outro motivo, porque as Sagradas Escrituras não podiam ser rejeitadas levemente” (GOULD, 1999, p. 27). Todavia, os principais partidários dessa ideologia, eram os defensores do poligenismo, segundo o qual as raças humanas não proviham de um único tronco ancestral. Vale ressaltar que Pimentel é um defensor do monogenismo, e que suas concepções de inferioridade racial, são justificados por pressupostos biológicos e culturais, especialmente à luz do paradigma criacionista.

Ainda com relação as uniões ilegítimas perante à Higiene, Pimentel discutiu o casamento de pessoas doentes ou de um doente com uma pessoa sã. Nesse sentido estavam também as uniões entre predispostos à alienação mental com indivíduos cuja inteligência fosse um dado familiar. Outro ponto de repulsa à luz da Higiene dizia respeito a junção de pessoas de estruturas físicas distintas: “altos e baixos” (PIMENTEL, 1864, p. 24).

Ainda com relação as oposições de Pimentel aos seus pares higienistas, estavam os impedimentos matrimoniais preconizados por esses últimos, de indivíduos portadores de vícios, herdados pela transmissão, e a conformação física das mulheres para suportar o trabalho de parto, incorrendo sempre, em caso de má conformação da bacia, em riscos para sua vida e para seus descendentes. Todavia Pimentel opunha-se aos higienistas oitocentistas, ao afirmarem que os destinos das fêmeas estavam sentenciados a partir de suas medidas, cujo “[...] pelvimetro vai decidir a sorte da mulher” (PIMENTEL, 1864, p. 25), ou seja, essas estariam fadadas a partir de suas estruturas físicas a serem sempre avaliadas como ótimas ou péssimas reprodutoras. De acordo com Stephen Jay Gould, durante a segunda metade do século XIX, predominava “a fascinação pelos números, a fé em que as medições rigorosas poderiam garantir uma precisão irrefutável e seriam capazes de marcar a transição entre a especulação subjetiva e uma verdadeira ciência, tão digna quanto a física newtoniana” (GOULD, 1999, p. 65). Vemos, contudo, que esse mesmo pressuposto não é compartilhado por Pimentel, chegando mesmo a questionar abertamente a confiabilidade das medições corporais e das bases médias de comparação. Por fim, o jovem médico discutiu o que qualificou como impedimento natural e moral de parentes mais próximos, como pais e filhos, sobrinhos e tios, irmãos e entre padrinhos e batizados de contraírem matrimônio (PIMENTEL, 1864, p. 28).

Os argumentos do médico alagoano, estudante da Faculdade de Medicina da Bahia, são extremamente curiosos para compreendermos algumas das crenças partilhadas pelos cientistas oitocentistas com relação as terapêuticas de algumas patologias. Exemplo disso é no que se refere ao tratamento de moléstias e nos benefícios que o casamento poderia ter. Vejamos:

Muitas vezes, é verdade, o syphilitico acha um depurativo energico no seio puro da virgem, que lhe entrega espontanea, e com sacrificio de sua existencia; muitas vezes o tuberculo encontra no meio d’esta desgraçada molestia, para a qual não ha medicina, a medicina de um coração de mulher, que si o não cura, fal-o vegetar por muitos annos (PIMENTEL, 1864, p. 30).

No fragmento acima, observamos que o autor compartilhava de um velho preceito de que a sífilis poderia ser curada a partir do intercuro sexual com uma moça virgem, uma reminiscência de uma antiga crença que remonta ao período colonial⁷; e no caso da tuberculose, o amor a uma mulher, poderia prolongar a vida dos doentes, mesmo que não houvesse por parte da Medicina tratamento conhecido. O problema maior, como alegado pelo médico, estaria em convencer as mulheres a unirem-se a esses homens acometidos de males que eles “não tinham culpa” (PIMENTEL, 1864, p. 30). Com relação a esse último ponto, ou seja, a não culpabilização dos homens pelas moléstias apresentadas, o autor não entrou em muitos detalhes, o que poderia nos iluminar mais a respeito das crenças que eram compartilhadas pelo jovem médico⁸.

Relativamente aos preceitos morais de seu tempo, entre alguns dos poucos exemplos expostos, encontramos o infortúnio de Dias, um personagem hispânico, que após ter a sua união negada pelo pai de sua pretendente, decidiu assumir que havia deflorado a moça. O velho pai, inconformado com a situação e mesmo assim não resignado ao amor dos amantes, decidiu por manter a recusa do casamento. O autor relata que a jovem, tomada pelo ódio, em um acesso de ânimos, esmagou o crânio de seu pai e lhe arrancou do peito o coração e o comeu, gritando e horrorizando a todos ao dizer: “Aproximai-vos, aproximai-vos... vêde! – Roubou-me Dias – matei-o; despedaçou-me o coração – eis o seu! [...] É seu coração, é o coração do meu pai” (PIMENTEL, 1864, p. 32). De acordo com Magali Gouveia Engel (2000), entre os cientistas e intelectuais do século XIX e início do XX, predominava a distinção natural entre a “racionalidade” masculina e o “passionalismo” feminino, alicerçando-se na crença de que as mulheres eram mais susceptíveis aos ataques nervosos, histerias e variações de humor, mesmo que as taxas de “crimes passionais” eram expressivamente discrepantes entre os gêneros, estando os homens mais inclinados a esse tipo de delito.

O *corpus* do texto de Pimentel terminou apresentando alguns dos preceitos que segundo o autor deveriam ser seguidos pelos jovens de seu tempo e pelos seus pares higienistas:

- a. – O casamento é para mulher o que a respiração é para os seres organizados.
- b. – Para o homem não seria elle o mesmo, si a isto o não coagissem nas afecções physicas e moraes.
- c. – Em quanto a mulher não se esquecer do que foi e do que é, o escarneio e a maldição, serão as unicas manifestações de reconhecimento á antiguidade, que a rebaixou até a escrava.
- d. – Instituição livre, como a entende a lei e o exige o estado actual da sociedade, o casamento não pode ser illegitimo sinão pelos motivos por ella apontados.**
- e. – Falsa em seus princípios, inexequivel em suas applicações, periogosas em suas conclusões a hygiene não passa de uma presumida, quando pretende sujeitar ás suas leis o que não ha lei que sugeite – os affectos humanos.
- f. – Si se persuadem os higienistas que aperfeiçoando o physico, aperfeiçoam tambem o moral

⁷ Em um estudo consagrado sobre o período colonial brasileiro, Gilberto Freyre (1996, p. 317) afirmou que uma das crenças em circulação durante durante o século XVIII e XIX era que o intercuro sexual com uma moça virgem, entre os 12 e 13 anos e preferencialmente escrava, poderia livrar os homens da sífilis, moléstia comum entre os diversos setores da sociedade brasileira.

⁸ Em um estudo dedicado a sífilis gestacional no início do século XX, Georgiane Garabely Heil Vázquez (2018) mostrou como a preocupação com as consequências na sífilis para as mulheres – vista sempre a partir da sua condição de reprodutora – e infantes, só se consolidou no Brasil no início do século XX, tendo surgido timidamente durante os anos finais do século XIX e estando ligado ao crescente nacionalismo. Para um estudo mais aprofundado sobre as crenças populares e médicas acerca da sífilis no Brasil durante o século XIX e XX, favor consultar: Carrara (1996).

e concorrem para uma cousa que utopistas denominaram – perfectibilidade – enganam-se.

g. – Assim, a ilegítima e perigosa é só a hygiene, quando pretende em suas proibições rebaixar a união de dous seres pensantes e inteligentes ao ajuntamento material de animaes pelo cruzamento de raças.

h. – Assim, ilegitimidade á respeito de casamento é palavra, que deve ser riscada da hygiene.

i. O que nunca deve esquecer ao higienista e á quem coube a alta missão de dirigir os destinos das gerações é um facto unico: não contrariar vocações para não crear justificações tácitas de crimes, que se não justificam, e que uma vez perpetrados – matam a familia escandalizando a moral (PIMENTEL, 1864, p. 34-35, grifos nossos).

Com essas considerações finais, vemos que o jovem médico, mesmo conservador em muitos pontos, como na ideia do casamento e dos papeis de gênero, mostrava-se extremamente crítico perante o seu meio científico, ao advogar pela exclusão da concepção de “ilegitimidade a respeito de casamento” dos manuais dos higienistas. Notamos também nas proposições do médico, uma crítica pesada ao higienismo⁹ e a sua condutora moralizadora, porém, torna-se difícil avançar na compreensão de sua oposição tendo por base apenas a sua tese de doutoramento. Todavia, é possível inferir que, para o médico alagoano, não cabiam aos médicos higienistas o controle das uniões, sendo elas motivadas e reguladas pelas pulsões sentimentais de entes dotados de perfeitas capacidades de escolhas e pelos impedimentos legais já existentes em cada sociedade; sendo que nem a família nem tão pouco a Medicina poderia controlar os desejos sentimentais mútuos de homens e mulheres em suas plenas faculdades mentais, apenas quando essas fossem contra a ordem natural e cultural da sociedade. Vale ressaltar que Pimentel buscou referenciar cientistas e intelectuais, sobretudo franceses, na construção de seus principais argumentos, assim como fez uso das palavras das escrituras sagradas, a fim de mostrar que não estava atentando contra a moralidade. Ao longo de sua tese, mesmo mostrando-se favorável a muitos dos preceitos pactuados pelo campo da Higiene com relação aos problemas advindos de algumas uniões desiguais, terminou por sentenciar a incoerência da ideia de “ilegitimidade de casamento” tendo por base os preceitos higienistas.

Segundo Joel Cerqueira e Silva (2013), ao fim e ao cabo, o que buscou Pimentel foi qualificar como falsa a teoria de perfectibilidade humana preconizada pelo campo da Higiene, argumentando que não cabia as mulheres tornarem-se máquinas de “fabricar atletas”. Porém, se lidos a contrapelo, os argumentos centrais do cientista oitocentista, mesmo discordando do papel que deveria ser exercido pelos higienistas perante as uniões maritais, acabou por ratificar a ideia do casamento como meio necessário e mais seguro para viver coletivamente, e no caso feminino, como caminho inexorável na busca da liberdade.

Retomando aos temas expostos em seu preâmbulo, nas páginas finais de sua tese, encontramos uma série de máximas médicas, em que são tratadas novamente os temas da sexualidade feminina. Com relação aos partos prematuros, por exemplo, argumentava que “o fim de tal operação é salvar a vida da creança, e poupar á parturiente á manobras sanguinolentas em que sucumbe quasi sempre” (PIMENTEL, 1864, p. 37). Já no tocante ao que qualificava como sede das moléstias, afiançava que “cremos com Chomel na influência das idades sobre a séde das molestias” (PIMENTEL, 1864, 39), estando naturalmente as crianças e os velhos mais susceptíveis ao adoecimento e a morte. Curiosas, todavia, são as suas impressões no que diz respeito a desvirginização feminina:

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre a evolução da ideologia higienista no Brasil e suas diversas repercussões na sociedade imperial, favor consultar: Ferreira (2001).

- I. Quando a anatomia disser-nos o que constitue virgindade, a primeira questão será cabalmente respondida;
- II. Os dados colhidos do exame dos grandes labios, da forquilha, da fossa navicular, e do orifício da vagina não authorizam o medico á afirmar si houve ou não defloração;
- III. A presença ou auzencia da membrana *hymen* não constitue provas exuberantes da virgindade, ou de sua auzencia; [...]
- VII. Muitas vezes o facto de uma recusa leva a mulher a praticar em si o que somente deveria ser occasionado pela malvadez do homem. – Hoje sam poucos os que *fogem deixando a capa*, comtudo ainda ha quem pague o mal que não fez;
- VIII. A respeito de defloração cada mulher é uma Walkiria – não cede sem resistência, ainda que fingida; por isso o estrago consideravel da vagina, e as contuzões nas diversas partes do corpo não querem dizer – violência –, como o pretendiam Mahon e Foderé;
- IX. O que vem lançar um raio de luz vivissima sobre a questão presente, é o paralelo das forças da queixosa com as do acusado, como o de seus órgãos sexuais; [...]
- XII. O essencial é o interrogatorio, e as pesquisas do medico segundo lhe prescreve a sciencia. – Á respeito dos trez quesitos só por este meio chegar-se-ha, á dar á Deos o que é de Deos, e á Cesar o que é de Cesar (PIMENTEL, 1864, p. 41-42).

Em sua concepção, Pimentel argumentava que só a análise anatômica da vagina feminina não seria capaz de oferecer indícios seguros sobre a desvirginização ou não, e no caso de investigação do emprego ou não da violência, para tal era necessário um estudo mais minucioso por parte do médico, que deveria também levar em conta a estrutura física da denunciante e do acusado, pois, em não raros os casos, mulheres rejeitadas poderia se autoflagelar a fim de condenar um inocente. Neste caso, opta-se pela presunção da culpa das mulheres, até que em segunda ordem o médico pudesse concluir, com base na estrutura física dos envolvidos, do histórico e dos relatos apresentados, se é possível afirmar com certeza se houve realmente violência sexual. Vemos aqui, que segundo o médico, não apenas a denúncia e os indícios físicos poderiam confirmar a ocorrência de um estupro, por exemplo, sendo necessário o inquérito moral e anatômico para esse tipo de diagnóstico. Dessa forma, notamos no discurso do médico claros indícios de sua desconfiança com relação ao gênero feminino, vistas em última análise como ardilosas, dissimuladas e mentirosas.

Vejam agora algumas outras visões sobre raça, gênero e sexualidade na produção científica e intelectual brasileira durante a segunda metade do século XIX, a fim de estabelecermos paralelos com as interpretações partilhadas pelo jovem médico alagoano.

Raça, gênero e sexualidade na ciência e na imprensa brasileira dos Oitocentos

As discussões científicas e intelectuais, mesmo contando com um número limitado de instituições especializadas, como, por exemplo, as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, ou os museus e as agremiações independentes, não ficaram restritas aos membros dessas instituições, tendo forte repercussão na sociedade, possibilitada, sobretudo, pela imprensa periódica, que assim como as instituições científicas, passaram por um importante processo de dinamização durante a segunda metade do século XIX (PALLARES-BURKE, 1998).

Como sabemos, a discussão sobre raça, gênero e sexualidade passou a despertar o forte interesse dos cientistas e intelectuais ocidentais a partir do século XIX. O conceito de raça, por exemplo, passou a representar uma série de atributos morais e físicos de um dado grupo social. De

acordo com Michel Foucault (2014), foi durante o século XIX que o surgiu o próprio conceito de sexualidade, tendo a partir daí se desenvolvido uma série de saberes referentes a esse novo fenômeno social. Por fim, vimos também no item anterior que foi nesse mesmo momento que os papéis de gênero passaram por significativas transformações, alterando-se de uma comparação anatômico-fisiológica para uma hierarquização mais rígida das funções biológicas e sociais dos corpos masculinos e femininos.

Com relação as questões de raça, vejamos os trabalhos de Claudemiro Caldas e Manuel Acauan. O primeiro autor apresentou a sua tese em 1868, quatro anos após a publicação da tese de Pimentel, e defendia que todas as raças humanas eram provenientes de um único tronco ancestral, o qual qualificou como raça adâmica; de forma similar, Pimentel argumentava que todas as raças humanas eram provenientes do tronco adâmico, porém, o “meio” teria sido responsável pelas diversas variedades de raças que eram encontradas e o melhoramento divino de uma raça se daria pelas diversas combinações proporcionadas por esse mesmo ser supremo. Ambos concordavam haver um determinismo do meio na constituição das raças, porém, enquanto para Caldas essas combinações se davam de forma aleatórias e a mercê do acaso, enquanto que para Pimentel essas seriam os resultados de uma intervenção racional de um ser superior. Já segundo Acauan, que apresentou sua tese em 1874, ou seja, dez anos após Pimentel, mesmo defendendo que todas as raças humanas provinham de um único tronco, acreditava que modificações proporcionadas pelo meio poderiam ser controladas pelas leis do progresso social, que em última instância subvertiam as leis naturais, diferentemente do que defendia Pimentel. Pois, segundo este personagem, as leis do progresso não estavam submetidas às leis naturais, sendo essas últimas os desígnios divinos. Para Pimentel não havia perfectibilidade humana, enquanto que para Acauan essa perfectibilidade poderia ser alcançada a partir do cruzamento das raças, guiadas em última instância pelos preceitos da Higiene. Dessa forma, não é arriscado afirmar que diversas interpretações sobre raça e meio e suas intersecções, estavam em circulação na produção científica dos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia, e que ali já haviam noções eugênicas, como melhoramento racial.

Retomando as colocações de Stephen Jay Gould (1999), vemos que ao avaliarmos o alcance da influência exercida pelo ideal racista durante o século XIX, não devemos perder de vista que, para conservadores e progressistas, não haviam dúvidas quanto a inferioridade e a pertinência das hierarquias sociais, pois era “verdade” que índios estavam abaixo de brancos e pretos abaixo de todos os outros. Pois, “os argumentos não contrastavam igualdade com desigualdade”. Sendo assim, os conservadores defendiam moralmente a escravidão, enquanto que os progressistas, mesmo concordando com a inferioridade dos elementos não brancos, não compartilhavam da tese de que a liberdade deveria depender da capacidade intelectual e sim um direito natural, se posicionando contrários a empresa escravista e as empreitadas colonialistas (GOULD, 1999, p. 18).

No tocante as questões de gênero e sexualidade encontramos os trabalhos de Francisco Chagas e João Gualberto Reis, ambos, produziram teses sobre os vícios de má conformação da bacia, defendidas respectivamente em 1865 e 1870. Para o primeiro autor, as causas dos vícios, longe de serem conformações naturais, estavam relacionadas com os hábitos de vidas das mulheres durante a infância ou mesmo com relação aos cuidados das mães e das amas de leite¹⁰. Segundo

¹⁰ Em um estudo sobre as mulheres negras na Bahia Oitocentista, Cecília Moreira Soares (1994), mostrou como o comércio de amas de leite cresceu, sendo recorrentes na imprensa os anúncios de vendas de escravas grávidas, com filhos pequenos e em lactação ou mesmo de mulheres livres e famílias buscando essas profissionais, dando preferência pelas mulatas e por aquelas que abrissem mão de amamentar seus próprios filhos.

Chagas (1865):

Ninguém ignora, que mais pouco cuidosas na educação psysica de seos filhos, arrasadas por um funesto habito, envolvem estes pequenos seres em faixas, aliás estreitas, logo que veem a luz do dia, e não satisfeitas ainda d'este primeiro genero de tortura entregão os ternos fructos de seu amor á amas mercenarias, que ao invéz de estendel-os horisontalmente sobre seus braços, a fim de favorecer o desenvolvimento de seus orgãos, levantão-nos e os abração de certo modo, que comprimem mais ou menos sua delgada bacia; outras ha que fazem-nos andar, ainda fracos e sem terem bastante solidez nas pernas para sustentarem o peso do corpo; tornando-se a bacia o centro de acção entre os rachis e o os membros abdominais, cede ao esforço das potencias, que a cumprimem, porque falta-lhes consistencia a ella se controla de mil maneiras (CHAGAS, 1865, p. 12-13).

Nos argumentos apresentados pelo médico, os principais hábitos tomados com os neonatos ou com as crianças em seus primeiros meses de vida, seriam as causas máximas de vício de má conformação da bacia, tão prejudicial ao parto e que oferecia grandes riscos de mortes para as parturientes e para seus filhos. Nesse fragmento também vemos como o autor buscou associar esses problemas aos cuidados femininos, das mães e amas¹¹. As outras causas, como, por exemplo, o tamanho diminuto das bacias, são segundo o autor, consequências naturais do desenvolvimento de alguns indivíduos, estando também relacionados com seus hábitos de vida durante a infância, sendo comum também “aos homens” (CHAGAS, 1865, p. 13). Em seu programa o autor propõe ainda, a partir da pelvimetria, alguns parâmetros para reconhecimento dos sinais de má ou boa conformação da bacia feminina, todos meticulosamente pensados para não serem invasivos e não acarretarem no rompimento do hímen das virgens analisadas (CHAGAS, 1865, p. 15). Esse seria um procedimento preventivo, ou seja, realizado para a detecção antecipada de boa ou má conformação física, o que poderia ou não habilitar uma mulher a se tornar uma reprodutora, sendo o mesmo aplicado nas gestantes no início e no fim da gravidez.

Quanto a mensuração interna, infinidades de instrumentos ha se apresentado, com o fim de facilitar a pratica, taes são os de Coutouly, de M.^{me} Boivin, Vam-Huevel, até a mão do parteiro tem disputado n'esta pratica uma alta missão. Não nos demorem na descrição minuciosa d'estes intro-pelvimetros, e passemos a fallar do ultimo que na arte obstetrica tem gosado fóros de superioridade. **Sendo a mão do operador o melhor de todos os intro-pelvimetros, quando temos de apreciar modificações, que se passam durante a prenhez e o parto, torna-se quasi de nenhuma utilidade, quando temos de emitir a nossa opinião a respeito de uma virgem.** Não é senão cautelosamente, que o parteiro pratica esta exploração e que vae apreciar a extensão dos diâmetros dos estreitos, a fim de que não seja apagado o signal psysico da virgindade (CHAGAS, 1865, p. 15, grifos nossos).

A avaliação pelvimétrica, segundo esse último autor, seria um procedimento legítimo, podendo em alguns casos o médico precisar intervir com um dos instrumentos mais eficientes, que seria sua mão. Mesmo não avaliando como necessário no caso de mulheres virgens, não excluía

¹¹ Assim como crescente era a oferta de amas de leite durante o período, também crescente era a perseguição por parte de médicos, higienistas e moralistas, empenhados em tornar público os malefícios da amamentação mercenária. De acordo com Margareth Rago (2014), “o discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procura persuadir “cientificamente” a mulher, tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e de educação dos filhos” (p. 78). Dentre essas funções naturais estavam a amamentação materna, capaz de transmitir a partir do alimento valores morais.

totalmente essa possibilidade, desde que resguardados os símbolos de pureza, no caso o hímen. Esse procedimento e os benefícios da pelvimetria preventiva, como vimos no item anterior, não era compartilhado por Pimentel, que advogava contrariamente. Outros pontos de discordância dizem respeito aos impedimentos naturais em torno do casamento e preconizados pelo campo da Higiene. Todavia, o valor do casamento é o mesmo, visto como um consórcio lucrativo para homens e mulheres.

Neste mesmo sentido vemos alguns dos argumentos defendidos por Reis (1870), quando já na abertura de seu texto, argumentava que “a mulher é um ente cheio de encantos e mysterios, sua vida é um tortuôso caminho cuja porção a mais recta é a da maternidade” (REIS, 1870, p. 3). Seu estudo buscou ratificar os novos postulados médicos acerca da Obstetrícia, tendo por base os avanços técnicos cirúrgicos. Com relação aos benefícios da pelvimetria, tanto Chagas quanto Reis, concordavam e produziram um protocolo recheado de medidas, indicações e padrões a serem observados nas avaliações preventivas das mulheres virgens e nas gestantes durante e após o trabalho de parto.

Uma das observações necessárias e que parcialmente justificaria a discordância dos autores quanto aos benefícios que a pelvimetria poderia representar para a Obstetrícia, é que enquanto Pimentel (1864) esta dialogando a partir do campo da Higiene, tanto Chagas (1865) quanto Reis (1870) estão localizados no campo da Obstetrícia, ligado a seção Cirurgia Médica, da Faculdade de Medicina da Bahia. O que também podemos ressaltar é a importância que o tema da moralidade social desempenhava para ambos os campos, permeando a formulação de problemas e a adoção de soluções por parte dos cientistas oitocentistas, sendo perceptível na produção desses três últimos personagens apresentados. Isso explicaria ainda o forte interesse dos cientistas oitocentistas em discutir temas morais com tonalidades moralizantes, como observado fortemente em Pimentel, porém, não tão claras como nos outros personagens. Todavia, lidas à contrapelo, as teses de Chagas e Reis também nos fornecem indícios preciosos de como eram vistas as questões de gênero e sexualidade no pensamento de intelectuais ligados àquela considerada uma das mais prestigiosas instituições acadêmicas do século XIX. Nas teses apresentadas por esses dois últimos autores, por exemplo, aparecem apenas três grupos de mulheres: as crianças, as virgens em estágio pueril e as prenhas, essas últimas preferencialmente casadas. Como observados até aqui, para os três autores as mulheres tinham no casamento sua redenção e como principal obrigação a maternidade, sendo essa última encarada como estágio mais difícil de suas vidas, porém sublime. Lembremos que, mesmo Pimentel argumentando contrário à ideia da mulher como máquina de “reprodução de atletas”, ele via na maternidade a concretização de uma lei natural e divina.

Em importantes estudos sobre a origem da Ginecologia durante a segunda metade do século XIX, Fabiola Rohden, argumenta que se observados nas suas justificativas ideológicas, essa área fundamenta-se como o ramo da Medicina dedicado ao estudo da mulher e se constitui a partir da noção de que o corpo e o papel social feminino são determinados pela função procriativa (2000; 2002), não muito diferentes do que observados aqui com relação as teses examinadas. Porém, a autora também chamou atenção para a distinção entre os dois ramos da Medicina dedicados a mulher, a saber, a Obstetrícia e a Ginecologia, muitas vezes confundidas erroneamente como uma só área. A segunda seria o desdobramento da primeira, enriquecida pelos avanços técnicos produzidos durante o século XIX¹².

¹² De acordo com Anayansi Correa Brenes (1991; 2020), se observarmos de perto a história da parturição e da Obstetrícia no Brasil, perceberemos que os fortes embates sociais e culturais, impediram a implantação de um projeto mais amplo de desenvolvimento da Obstetrícia, tendo ficado sua prática legal confinada aos

Vejam os temas agora como esses temas eram tratados pela imprensa periódica, principal veículo de informações impressas no Brasil durante a segunda metade do século XIX, e que circulou as principais ideias científicas e intelectuais daquele período¹³. Dado a enorme quantidade de jornais e ocorrências para os nossos objetos, decidimos privilegiar apenas alguns periódicos cariocas e baianos, a fim de demonstrar como as questões de raça, gênero e sexualidade foram debatidas pelos personagens locais¹⁴.

Em uma extensa reportagem, publicada no tomo XX, no volume 4, em 1879, da *Gazeta Médica da Bahia*,¹⁵ de autoria desconhecida, vemos a disputa intelectual dos médicos baianos, com os médicos da Corte, no tocante ao tema da virgindade e do abuso sexual. No caso em questão, os médicos baianos se opunham aos médicos cariocas, que chamados para emitir parecer legal sobre um caso, dividiram entre partidários do adultério feminino anterior ao casamento e dos defensores de crime contra a honra. Ocorre que, um marido, mesmo após ter jurado seus votos, desconfiando que sua esposa não era mais virgem, decidiu tirar a prova, tendo com ela relação sexual. Não tendo reconhecido as marcas físicas da virgindade durante o ato sexual e atormentado por aquela dúvida, decidiu processar legalmente sua esposa com base no código penal, pelo crime de adultério. Os médicos da Corte, convocados pela comissão responsável por julgar o caso, dividiram-se entre partidários do crime de adultério da esposa e de violência sexual perpetrada pelo marido. Na crônica publicada no jornal podemos encontrar os relatos do denunciante e da acusada, bem como as transcrições dos pareceres médicos. Os médicos baianos, acusando os seus congêneres cariocas de incapacidade técnica frente a missão que lhes foram conferidas, advogavam pela inconclusividade do caso por falta de provas seguras. Uma vez que, tendo por base apenas o exame anatômico, e se com isso não fosse levado em consideração os diversos outros sinais, colhidos do inquérito dos envolvidos e dos sinais físicos deixados pelos corpos e membros sexuais, não havia possibilidade de juízo racional seguro. Aqui, como nas teses analisadas, vemos fortemente o componente moralizador no discurso dos médicos, e novamente a figura feminina sendo encarada previamente com suspeita. A primeira suspeita levantada é feita pelo marido, supostamente enganado em seu consórcio; a segunda é a dos médicos da Corte, que mesmo sabendo que o reclamante havia mantido relação sexual com a acusada, empreenderam exames anatômicos, a fim de avaliar se era possível ou não saber se houve adultério; a última é a dos médicos baianos, que mesmo colocando em dúvida os critérios utilizados pelos médicos cariocas, defendiam que um exame mais minucioso dos indícios físicos e um interrogatório dos envolvidos, poderiam dar conta de oferecer respostas

médicos das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, não tendo alterado nem mesmo com a emergente República (1889) e seus ideais nacionalistas renovados.

¹³ Com relação aos periódicos, esses encontram-se disponíveis no banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Para mais informações, favor consultar: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹⁴ Precisamos aqui fazer uma observação com relação ao caráter distinto de nossas fontes. Tendo por base os fundamentos da História Intelectual, pudemos identificar os principais significados dos conceitos de raça, gênero e sexualidade a partir da produção científica de uma das mais prestigiadas instituições brasileiras do século XIX, valendo primordialmente de suas teses acadêmicas. Agora, contudo, buscaremos identificar os diversos significados desses mesmos conceitos em outro conjunto documental, a saber, os jornais, principal veículo de divulgação das ideias científicas e intelectuais em circulação no Brasil durante o período compreendido neste estudo. Vale ressaltar que esses jornais eram destinados a públicos específicos, com tiragens regulares e periodicidade efêmera ou longa; com custos módicos ou altos a depender de seus consumidores e com circulação desconhecida, uma vez que mesmo produzidos para serem consumidos localmente, os mesmos poderiam ser enviados, emprestados e até mesmo permutados com outras instituições e agremiações.

¹⁵ A *Gazeta Médica da Bahia* surgiu em 1866 e teve sua periodicidade regular até 1934, retomando suas atividades de forma irregular desde então.

mais seguras e determinar se houve ou não crime de adultério feminino ou de violência física causada pelo marido. Como observado em Pimentel, o médico alagoano mesmo criticando abertamente a validade que o exame anatômico poderia representar para a detecção da virgindade ou de sua ausência ou de crime sexual, defendia, como nessa crônica publicada na *Gazeta Médica da Bahia*, que nesse assunto, o melhor caminho seria unir a análise física, com um inquérito moral, a fim de melhor avaliar as ações e intenções de infratores e vítimas.

Segundo Eni de Mesquita Samara (1995), tendo por base a legislação civil e eclesiástica do século XVIII e XIX, no Brasil, perceberemos poucas transformações nas implicações jurídicas para o crime de adultério. Contudo, se analisados de forma comparada, notaremos um tratamento diferenciado nas formas e nas condutas legais destinadas a homens e mulheres. Cabendo essas últimas uma maior vigilância de suas ações, pois, suas penalidades poderiam variar de comutações pecuniárias, bem como castigos físicos infligidos pelos seus companheiros e consentidos pelos órgãos de controle.

Como pudemos perceber, a moralidade feminina, é um campo de interesse e de disputa por parte de cientistas, intelectuais e letrados, em sua maioria homens dedicados a compreender e dominar o universo feminino, em prol de uma ideologia higienista e nacionalista que emergia na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX¹⁶. Vemos, por exemplo, o discurso proferido pelo médico Nicoláo Joaquim Moreira¹⁷, quando do aniversário da Imperial Academia de Medicina, localizada no Rio de Janeiro, e publicado nos *Annaes Brasilienses de Medicina*,¹⁸ em 1868. Em sua exposição, além de coadunar com os principais conceitos vistos até aqui, de subalternidade feminina, do papel natural das mulheres enquanto reprodutora e educadora, ainda argumentava que “da boa ou má direcção dos sentimentos da maternidade e dos sagrados deveres conjugaes depende o futuro do homem e por conseguinte da sociedade”. Dessa forma, segundo o médico, em última instância, a mulher, a partir de seus papéis como mãe, esposa, cuidadora e maestra, era totalmente responsável pelo sucesso ou fracasso dos seus filhos e de sua sociedade, por isso, advogava em defesa de sua “educação”, para obtenção de uma “mulher perfeita” (MOREIRA, 1868, p. 105). Nesta mesma crônica assistimos a disputa entre médicos e amas de leite, consideradas pelos primeiros, como mercenárias, descuidadas e culpadas dos mais diversos problemas relacionados com a vida dos neonatos. O texto advogava pela amamentação materna, pois acreditava que com esse processo, poderiam as mães transferir valores sociais para seus filhos a partir do leite, valores esses não encontrados nas amas de leites, em sua maioria escravas ou profissionais contratadas por empreitada.

De acordo com Irene Kalil e Maria da Costa, é somente a partir do século XIX que o aleitamento se tornou um problema nacional, de interesse público, resultado do receituário higienista. “Até então, as mulheres permaneciam seguindo os costumes coloniais de não amamentar seus filhos, comportamento que começa a se contrapor aos interesses políticos populacionista da

¹⁶ Para uma discussão mais aprofundada acerca da contribuição do pensamento científico para as assimetrias de força dos gêneros, especialmente com relação a dominação masculina do discurso sobre o “feminino” durante o século XIX, favor consultar: Martins (2000; 2004) e Fernandes (2009).

¹⁷ Figura proeminente no cenário científico e intelectual brasileira, Nicoláo Joaquim Moreira (1824-1894) formou-se farmacêutico e médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo se tornado professor da mesma instituição, além de lecionar no Museu Nacional. Membro de diversas instituições importantes, entre elas, o IHGB, ocupou também o cargo de diretor do Jardim Botânico. Produziu uma vasta literatura, somando mais de trinta trabalhos no campo da Medicina e da Botânica.

¹⁸ Periódico ligado a Academia Imperial de Medicina, localizado no Rio de Janeiro, teve sua primeira edição publicada em 1845, quando ainda se chamava *Revista Médica Brasileira*. A partir de 1849 assumiu o nome de *Annaes de Medicina Brasiliense*, circulando até 1881.

elite agrária da época e passa a ser considerado, no discurso higiênico, como uma infração às leis da natureza” (KALIL; COSTA, 2012, s.p.).

Em outro jornal carioca destinado à família, encontramos diversas ocorrências que nos permitem pensar as visões compartilhadas durante o século XIX acerca do universo feminino. Em uma crônica publicada no número 3, de março de 1863, cujo título *A arte da beleza: Artigo para somente ser lido por senhoras*, vemos explicitamente os parâmetros físicos e morais que deveriam ser observados por senhoras casadas, e que em muitos pontos coincidem com os padrões apresentados pelas teses e reportagens aqui analisadas¹⁹. Em outra crônica publicada no mesmo jornal e assinada por Miranda de Azevedo²⁰ encontramos um panfleto de exaltação da figura feminina:

A mulher é o encanto da vida, a esperança da existencia, o anjo da ventura, a divindade do mundo [...] É divina a missão da mulher: nos planta a fé na alma e a virtude no coração. É o primeiro livro santo que o menino estuda: nos conselhos de sua mãe bebe a moral de Deos, os principios da religião (AZEVEDO, 1864, p. 18-19).

Nesta crônica, intitulada *Mulher*, Miranda de Azevedo apresentou os principais predicados feminino, entre eles seu papel como mãe e educadora, ou seja, primeiro livro que a criança estuda. Nesse jornal, como em diversas outros periódicos daquele período, existe recorrentemente uma ligação da figura feminina à flor, como sinônimo de beleza e pureza e a associação da mulher ao seu papel enquanto reprodutora e maestra na fase inicial da vida da criança e do sucesso ou fracassa da sociedade. Vemos também que a exaltação feminina assume um papel similar ao que era enaltecido na natureza, ou seja, sua capacidade de prover os homens de suas necessidades. Nesse texto acima exposto, como nos argumentos apresentados pelos médicos ligados à Faculdade de Medicina da Bahia, a mulher seria uma aliada perfeita dos homens frente às adversidades do mundo físico, sendo destinada a primeira o inconveniente e o mais sublime dos papéis humanos, a saber: a maternidade. Não sendo diferente do que era preconizado pela produção intelectual do período. Em seu estudo, Margareth Rago (1985) demonstrou como na sociedade brasileira do século XIX, foram sendo construído a naturalização do casamento e da maternidade, bem como a edificação do mito do “amor materno” e seus corolários, a amamentação, a educação escolar, moral, religiosa e cívica e seu papel como esposa, mesmo que essa não fosse uma realidade tangível para muitas.

Em seu instrutivo estudo sobre as representações acerca do casamento durante o século XIX, Joel Cerqueira e Silva (2013), examinando esse tema na literatura, na legislação e na produção científica da Faculdade de Medicina da Bahia, demonstrou como o matrimônio poderia variar entre a “prisão” e a “liberdade” no imaginário oitocentista:

Por meio dos discursos médicos e literários, observa-se que os mesmos conflitos que guiaram as discussões parlamentares sobre o matrimônio, faziam-se presentes nas teses de doutoramento e no imaginário dos esculápios sobre tal instituição: o conflito entre as ideias religiosas da romanização e as racionais da ilustração. Porém, se no plano parlamentar e legislativo uma

¹⁹ Nesta reportagem, de autoria desconhecida, podemos ver além de ensinamentos morais e qualitativos indispensáveis para a perfectibilidade feminina (branca), uma metódica receita de beleza que envolvia cuidados, alimentação, produtos e acessórios. No tocante às questões morais, a honra e recato eram elementos indispensáveis.

²⁰ Sobre esse personagem são escassas as informações, não sendo possível inferir sobre sua trajetória de vida. Sabe-se, entretanto, não se tratar do médico Augusto César Miranda Azevedo (1851-1907), importante polemista carioca ligado a divulgação do darwinismo no Rio de Janeiro, que em 1864 tinha apenas 13 anos e não havia iniciado sua carreira na imprensa.

ideologia se fazia excludente a outra, nos discursos médicos e na prática social elas podiam se estabelecer como complementares, fazendo surgir um novo imaginário de casamento que era permeado tanto por ideias liberais quanto por concepções religiosas. Assim, o religioso e o ilustrado se fundiram para estabelecer um novo imaginário e uma nova prática sociocultural sobre casamento na Bahia, a partir da segunda metade do século XIX, o que não excluía o conflito entre essas duas concepções ideológicas (SILVA, 2013, p. 13-14).

Consoante Silva (2013), pudemos ver como na produção científica da Faculdade de Medicina da Bahia, o tema do casamento, visto tanto pela Higiene quanto pela Obstetrícia, assumiu um discurso moralista e religioso, conservador e progressista, ao buscar reabilitar a instituição do casamento, mesmo com as diversas contradições quanto à livre escolha dos nubentes e dos papéis do matrimônio para homens e mulheres, não sendo muito diferente do que observado na imprensa periódica do mesmo período²¹.

Considerações finais

Examinados individualmente, os trabalhos aqui apresentados nos fornecem preciosas informações com relação ao imaginário dos cientistas e intelectuais oitocentistas, especialmente suas concepções acerca das raças, dos gêneros e da sexualidade. Mais detidamente pudemos acompanhar, a partir da tese de Pimentel (1864), suas visões sobre o papel do matrimônio, o cruzamento das raças e suas implicações morais do matrimônio e da virgindade feminina vistas a partir da Higiene. Em linhas gerais, observamos que mesmo compactuando com muitos dos preceitos científicos de seu campo e dos valores morais de seu tempo, o cientista alagoano criticava abertamente a hegemonia higienista no tocante ao casamento, bem como os valores considerados ultrapassados de seu tempo, como a forte dominação paterna sobre as filhas moças.

De forma comparada, observamos que, assim como os intelectuais envolvidos com a imprensa periódica, os médicos da Faculdade de Medicina da Bahia estavam preocupados com o tema da moralidade social e adentraram nessa discussão em suas produções acadêmicas, posicionando-se sempre a partir do campo científico e guiados pelos valores do paradigma cristão. Visto a partir de suas representações, os textos médicos e as crônicas jornalística apresentaram sempre um ideal de “corpo”, sejam a partir de suas medições pelvimétricas ou mesmo dos parâmetros de perfectibilidade humana, especificamente com relação ao sexo feminino. Ao fim e ao cabo, é possível afirmar que os padrões de função social, beleza e recato feminino são atravessados aqui pelos valores eurocêntricos e pelos ensinamentos religiosos cristãos. Em última instância, mesmo observando leves contradições, averiguamos que em muitos pontos as visões de médicos e intelectuais coadunavam com relação a importância do casamento para a vida de homens e mulheres, todavia, com valores distintos. Se para alguns, o casamento para as mulheres poderia representar uma “prisão”, ou seja, transferência da tutela paterna para a tutela do esposo, pelo que qualificavam como escravidão voluntária; para outros o casamento poderia representar o momento de libertação fe-

²¹ Vale ressaltar, todavia, que para os agentes religiosos envolvidos com a imprensa, essa nova percepção com relação ao casamento gerou uma enorme controvérsia, tendo muitos se levantados em defesa do exclusivismo da Igreja no tocante a moralidade dos corpos e do casamento. Em uma série de crônicas publicadas em *O apóstolo: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade*, entre julho e agosto de 1870, na edição de 14 de agosto daquele ano, lemos: “Os racionalistas, os materialistas, os consuetudinarios, os sentimentalistas quizeram reduzir a moral a uma idéa dominante, a um principio geral. Ora foi o amor proprio, ora o interesse physico e sensual, ora a benevolencia ou a justiça, ora a sympathia. Não parece duvida que alguns destes systemas favorecem a virtude; mas a mór parte deles parecem feitos de proposito para matal-a, para forçal-a a desaparecer da terra” (*O apóstolo*, 14/08/1870, ano 4, n. 34, p. 7).

minina, garantida pela elevação dessa instituição aos sacramentos divinos. Com relação a importância do casamento para os homens, os autores parecem concordar que esse era o caminho mais seguro a ser trilhado na garantia de uma velhice tranquila. Esse último, entretanto, não aceito sem ressalva pelos jovens moços, como denunciava Pimentel em sua tese.

Referências

- ACAUAN, Manoel Marques da Silva. *Das vantagens e inconvenientes que resultam da aclimação*. Tese da Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: FAMEB, 1874.
- AZEVEDO, Miranda. “Mulheres”. In.: *Jornal das famílias*, Rio de Janeiro: 1864, 18-19.
- BLACK, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileira*. Vol. 3. 1 ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1870.
- BRENES, Anayansi Correa. “História da Obstetrícia no Brasil: O fracasso da Escola de Obstetrícia para Mulheres, no Rio de Janeiro, 1832”. In.: *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, 2020.
- _____. “História da parturição no Brasil, século XIX”. In.: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, 1991.
- CALDAS, Claudemiro Augusto de Moraes. *As raças humanas provieram d’uma só origem?*. Tese da Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: FAMEB, 1868.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- CHAGAS, Francisco Sidromio Bandeira. *Vícios de conformação da bacia e suas indicações*. Salvador: FAMEB, 1864.
- ENGEL, Magali Gouveia. “Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)”. In.: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./dez. 2000, s.p.
- FERNANDES, Maria das Graças Melo. “O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência”. In.: *Physis: Revista de Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, 2009, p. 1051-1065.
- FERREIRA, Luiz Otávio. “Uma interpretação higienista do Brasil”. In.: HEIZER, Alda; VIDEIRAS, Augusto Passos (orgs.). *Civilização e Império nos Trópicos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Acesso Editora, 2001, p. 207-224.
- FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. *Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia*. Salvador: UFBA, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, vol. I*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- KALIL, Irene Rocha; COSTA, Maria Conceição da. ““Nada mais natural que amamentar”: Discurso contemporâneos sobre aleitamento materno no Brasil”. In: *RECIIS*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, dez./2012.
- LUZ, Adriana de Carvalho. *Mulheres e doutores: Discurso sobre o corpo feminino. Salvador, 1890-1920*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 1996.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *A medicina da mulher: Visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). Campinas: Unicamp, 2000.
- _____. *Visões do feminino: A medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- MOREIRA, Nicoláo Joaquim. “Educação moral da mulher”. In.: *Annaes Brasiliense de Medicina*, Rio de Janeiro, tomo 20, n. 3, ago. 1868, p. 96-107.
- PALLARES-BURKE, Maria. *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*. Cad. de Pesq. V. 104. São Paulo: USP, 1998.
- PIMENTEL, Ignacio L. V. *Casamentos ilegítimos diante da hygiene*. Salvador: FAMEB, 1864.

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
- REIS, João Gualberto Ferreira Santos. *Vícios de conformação da bacia e suas indicações*. Salvador: FAMEB, 1870.
- ROHDEN, Fabiola. *Uma ciência da diferença: Sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- _____. “Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX”. In.: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, 2002, p. 101-125.
- SAMARA, Eni de Mesquita. “Mistérios da “Fragilidade Humana”: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX”. In.: *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, p. 57-71.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Joel Nolasco Queiroz de Cerqueira e. *As representações do casamento e honra na literatura médica e ficcional dos oitocentos*. In.: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013, p. 1-15.
- SILVA, Sérgio Gomes. “Masculinidade na história: a construção cultural da diferença cultural ente os sexos”. In.: *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 20, n. 3, set./2000, s.p.
- SOARES, Cecilia Moreira. *A mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 1994, p. 28-37.
- SPETAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. “Vênus nos braços de mercúrio, bismuto e arsênio: Notas históricas sobre sífilis gestacional antes da penicilina. In.: *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro, n. 28, jan./abr. 2018.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade negada”. In.: PRIORI, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 159-182.